

## JUSTIÇA INFORMACIONAL COMO PRÁTICA DE CIÊNCIA ABERTA: UMA ANÁLISE DA REVISTA CIENTÍFICA "MATRIZES"

Gabriela Garibaldi da Cruz     
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)  
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva     
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)  
Porto Velho, Rondônia, Brasil

Priscila Machado Borges Sena     
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

### RESUMO

Como os princípios da Justiça Informacional estão presentes (ou ausentes) na revista científica Matrizes, da área de avaliação Comunicação e Informação? Esta é a pergunta que orienta esta pesquisa, cujo objetivo é analisar como os princípios da Justiça Informacional estão presentes (ou ausentes) na revista científica Matrizes, da área de avaliação Comunicação e Informação. A fundamentação teórico-conceitual está ancorada nos Princípios da Justiça Informacional definidos por Silva, Garcez, Silva, Fevrier e Alves (2022, 2023) e dos Pilares da Ciência Aberta de Silveira; Ribeiro; Melero; Mora-Campos; Piraquive-Piraquive; Uribe-Tirado; Sena; Polanco Cortés; Fachin; Santillán-Aldana; Silva; Araújo; Enciso-Betancourt (2023), a partir dos quais são estabelecidos um conjunto de critérios que permitiram a análise qualitativa das revistas científicas com práticas de Ciência Aberta, neste caso da Revista Matrizes, cadastrada no Diretório Miguilim. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é classificada como exploratória, de abordagem qualiquantitativa, com procedimentos bibliográficos e documentais, envolvendo o mapeamento e a análise dos dados da revista Matrizes. Os resultados evidenciaram, perante nossa análise da revista Matrizes, que esta não atende a todos os princípios da justiça informacional, visto que dos 34 qualificadores elencados, a revista atendeu apenas 14 deles, demonstrando que atende aproximadamente 41% dos princípios da Justiça Informacional.

**Palavras-chave:** Justiça Informacional. Ciência Aberta. Revista Científica. Miguilim.

### INFORMATION JUSTICE AS OPEN SCIENCE PRACTICE: AN ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC JOURNAL "MATRIZES"

### ABSTRACT

How are the principles of Information Justice present (or absent) in the scientific journal Matrizes, within the Communication and Information evaluation area? This is the question guiding this research, which aims to analyze how the principles of Information Justice are present (or absent) in the scientific journal Matrizes. The theoretical and conceptual foundation is based on the Principles of Information Justice defined by Silva, Garcez, Silva, Fevrier, and Alves (2022, 2023) and the Pillars of Open Science by Silveira; Ribeiro; Melero; Mora-Campos; Piraquive-Piraquive; Uribe-Tirado; Sena; Polanco Cortés; Fachin; Santillán-Aldana; Silva; Araújo; Enciso-Betancourt (2023), from which a set of criteria is established to allow a qualitative analysis of scientific journals with Open Science practices, in this case, the journal Matrizes, listed in the Miguilim Directory. Regarding methodological procedures, the research is classified as exploratory, with a qualitative and quantitative approach, employing bibliographic and documentary procedures and involving the mapping and analysis of data from the journal Matrizes. The results demonstrated that based on our analysis of the journal Matrizes, it is possible to suggest that it does not meet all the principles of information justice, as out of the 34 qualifiers listed, the journal met only 14 of them, indicating that it complies with approximately 41% of the principles of Information Justice.

**Keywords:** Information Justice. Open Science. Scientific Journal. Miguilim.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/59509>

#### DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

data-in-article – Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Recebido em: 04/06/2025

Aceito em: 11/09/2026

**Editora Chefe:** Lorena Tavares de Paula  

## 1 INTRODUÇÃO

Informação provém do termo em latim: *informatio* [informação]. E sua definição tende a guiar-nos para dois aspectos: a ausência de forma, como em: *informis* (e) [sem forma], *informitas* [informidade, ou seja, ausência da forma], *informabilis* [que não assume uma forma]. E o segundo: a presença de forma, como em *informo* [moldar, formar], *informas* (verbo transitivo de *informo*), *informavi* (verbo transitivo de *informo*), *informator* (aquele que modela, um instrutor) (Menezes, 2017). Para além de sua definição etimológica, a informação contempla a esfera moral, pois não pode ser medida ou precificada, ou definida pelos estudos da semântica e da matemática. Entretanto, ela é metafórica e assume uma identidade conforme o contexto, remodelando-se (Smith, 2001), assim como os conhecimentos e informações são remodelados e aprimorados para corresponderem aos contextos emergentes e às necessidades intelectuais da comunidade acadêmica e dos cidadãos, as situações nas quais uma determinada informação é útil podem variar, pois o conhecimento é mais bem recebido quando se conhece o que se busca.

A próxima questão central de nosso estudo é o estabelecimento de um equilíbrio justo e equitativo entre o direito à informação, em paralelo com o direito de acessá-la e usá-la. Sob o olhar da Justiça Social, o livre acesso à informação pode ser injusto na medida em que proíbe o acesso à informação essencial, restringindo injustamente as pessoas de seus direitos e liberdade (Lor; Britz, 2007). Enquadramos a informação, por conseguinte, como uma construção social que permite a tomada de decisões e resolução de problemas, à vista disso, priorizamos a diversidade e a democracia quanto à participação de todos na tomada destas decisões (Mehra; Black; Singh; Williams; Simmons; Renfro, 2014). Entretanto, o acesso à informação por si só não é suficiente, porque as pessoas devem ter a capacidade de obter benefícios da informação, usufruindo da capacidade de encontrar, acessar, obter, usar e interpretar a informação. Essa capacidade é determinada pelo seu nível de habilidades e suas experiências (Britz, 2004). Sendo assim, cada indivíduo percebe a informação de uma maneira diferente, considerando seus próprios contextos, vivências, interesses e papéis e classes sociais (Oliphant, 2015).

Isto posto, entendemos que o termo “justiça” de origem latina *iustitia* [justiça], se forma a partir da união de “justo” e “direto” e define algo ou alguém

como justo. Isto está historicamente atrelado a atribuir a cada indivíduo o seu direito, a chamada distribuição de direitos. A justiça abrange os direitos de indivíduos e sociedades de se comunicarem, de aprenderem com os outros, de trocarem perspectivas e conhecimentos e, assim, participarem em atividades informacionais globais (Lor; Britz, 2007). Em uma sociedade justa, os cidadãos desfrutam de direitos e liberdades iguais, como da mesma oportunidade de exercer sua cidadania, independentemente da classe social, poder político, renda, entre outros aspectos da vida do indivíduo (Rawls, 1999). Nos séculos XVII e XVIII, a ideia de justiça na parte ocidental do planeta estava associada à revolução científica (busca universal pelas verdades não-religiosas) e ao Iluminismo (busca por aplicar estas descobertas científicas à sociedade e suas instituições). Dentre as grandes revoluções políticas e sociais, todas apresentavam a mesma base, uma ideia revolucionária de justiça (Reisch, 2002). Quando pensamos em revoluções e mudanças, entendemos que tais atos são protagonizados por seres humanos, a partir de uma insatisfação ou incômodo em relação a um cenário ou realidade social, em outras palavras, dentro de uma sociedade, que se qualifica como uma organização de cooperação entre indivíduos para obtenção de vantagens mútuas, uma de suas características marcantes é o conflito, motivado por diferentes interesses, proveniente de diferentes indivíduos e grupos. Este conflito se origina das pessoas, porquanto elas não estão indiferentes perante a distribuição dos maiores benefícios produzidos pela sua participação e colaboração, porquanto cada uma prefere a parte maior em relação à menor (Rawls, 1999). Estas ideias de justiça e de hierarquia social retomam a filosofia e a sociedade grega, com Platão e Aristóteles (Reisch, 2002).

O termo "Justiça Social", conforme a estudiosa norte-americana Kay Mathiesen, está associado a aspectos positivos, como: equidade, igualdade, inclusão e diversidade, tais aspectos originaram diferentes teorias e filosofias da Justiça Social, com conceitos diversos sem uma definição universalmente aceita (Mathiesen, 2015).

Retomando a sua origem histórica, o termo apareceu pela primeira vez na obra literária "Declínio e Queda do Império Romano", publicada em 1776 pelo historiador inglês Edward Gibbon (2005). Entretanto, o trabalho de Mathiesen (2015) aponta o padre jesuíta Luigi Taparelli D'Azeglio (1793-1862)

como responsável por introduzir as primeiras noções de Justiça Social no século XIX, através da oralidade. Entretanto, o primeiro registro em obra literária teria sido realizado por Westel Willoughby (1900) no livro “*Social Justice: a critical essay*” [Justiça Social: um ensaio crítico]. Onde Willoughby (1990) qualificou a Justiça Social como um projeto crítico, o qual revela a diferença entre ideais éticos e as condições sociais e econômicas, conforme a realidade concreta e existente (Mathiesen, 2015).

Isto posto, definimos a Justiça Informacional, uma das vertentes originadas da supracitada Justiça Social, fundamentada em Mathiesen (2015), como um conceito multifacetado, o qual contempla a relação entre as pessoas e a informação, enquanto (1) buscadoras, (2) fontes e (3) sujeitos informacionais, com o intuito de serem tratadas justamente como buscadoras, devem possuir acesso equitativo à informação, tal aspecto relaciona-se com a justiça distributiva – de forma simples, é a justiça centrada no processo em que as pessoas criam e/ou distribuem bens para outras pessoas (a) (Nagenborg, 2009); para serem tratadas justamente como fontes de informações devem possuir oportunidades equitativas para contribuir no campo da produção intelectual, referente à justiça participatória (b); para serem tratadas justamente como sujeitos informacionais, os indivíduos precisam ser justamente representados, dentro do conjunto global de informações, conforme consta a justiça de reconhecimento (c) (Mathiesen, 2015).

Na comunicação científica, as revistas são essenciais para o desenvolvimento e disseminação do conhecimento. As revistas científicas são um meio que facilita a disseminação e a recuperação de informações científicas (Pisoschi; Pisoschi, 2016), também são um advento da modernidade, por conseguinte uma invenção moderna (Capurro, 2015). Em outras palavras, é uma publicação periódica de uma determinada área do conhecimento ou de um determinado assunto (Capurro, 2015).

Ao longo do tempo, as revistas científicas passaram por inúmeras transformações. Seu crescimento, expansão e transformação se deram na aplicabilidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), especificamente, na mudança do meio onde se arquivam e disseminam as publicações científicas, por isso na atualidade, a maioria das revistas científicas é publicada apenas digitalmente (Maricato; Fernandes, 2015).

Ao consultar o Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras (Miguilim), verificamos a existência no Brasil de 5158 revistas científicas cadastradas. Dessas, apenas 3160 disponibilizam sua produção em Acesso Aberto imediato<sup>2</sup>. Isto porque o Acesso Aberto é um dos pilares da Ciência Aberta (Silveira; Ribeiro; Melero; Mora-Campos; Piraquive-Piraquive; Uribe-Tirado; Sena; Polanco Cortés; Fachin; Santillán-Aldana; Silva; Araújo; Enciso-Betancourt, 2023), logo uma revista científica estar em Acesso Aberto não a configura como condizente em totalidade às práticas de Ciência Aberta, porquanto existem uma série de especificidades a serem analisadas. O que nos incita a questionar: **como os princípios da Justiça Informacional estão presentes (ou ausentes) na revista científica Matrizes, da área de avaliação Comunicação e Informação?**

Assim, o objetivo deste texto é analisar como os princípios da Justiça Informacional estão presentes (ou ausentes) na revista científica Matrizes, da área de avaliação Comunicação e Informação.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, esta é uma pesquisa de natureza exploratória, definida como um estudo preliminar com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer (Piovesan; Temporini, 1995). É de abordagem qualiquantitativa com cunho bibliográfico, por ser realizada a partir de registros pré-existentes de pesquisas anteriores, em formato de livros, artigos, teses etc. Utiliza assim dados e categorias teóricas previamente registradas por outros pesquisadores (Severino, 2016).

Desse modo, a partir dos Princípios da Justiça Informacional definidos por Silva, Garcez, Silva, Fevrier e Alves (2022, 2023) e dos Pilares da Ciência Aberta de Silveira, Ribeiro, Melero, Mora-Campos, Piraquive-Piraquive, Uribe-Tirado, Sena, Polanco Cortés, Fachin, Santillán-Aldana, Silva, Araújo e Enciso-Betancourt (2023), estabelecemos um conjunto de critérios que permitirão a análise qualitativa das revistas científicas com práticas de Ciência Aberta, neste caso da revista Matrizes, cadastrada no Diretório Miguilim.

---

<sup>2</sup> Dados obtidos em consulta realizada no Diretório Miguilim em 24 de junho de 2024.

Para o levantamento bibliográfico, foram consultadas as bases Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Web of Science*, Oasisbr, Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc), *Journal Storage* (JSTOR) e Scopus, considerando o recorte temporal de 1990 a 2025 e publicações em português, espanhol e inglês. Entre os termos empregados nas buscas estão “Ciência Aberta”, “Justiça Informacional”, “Portal de revistas científicas”, “Comunicação científica” e “Justiça Social”, com a utilização dos operadores booleanos AND e OR. A seleção das publicações considerou a leitura de títulos, resumos e palavras-chave e, no caso de livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, também dos sumários (Cruz, 2025).

Para o mapeamento das revistas científicas, utilizou-se o Diretório Miguilim, considerando as revistas da área de avaliação Comunicação e Informação classificadas nos estratos A1 a A4 do Qualis-Periódicos 2017–2020. Em sete de agosto de 2024, foram identificadas 153 revistas, das quais 39 atenderam ao recorte estabelecido: duas A1, nove A2, 11 A3 e 17 A4. A busca foi refeita em 20 de fevereiro de 2025, mantendo-se o quantitativo de 153 revistas e a amostra de 39 títulos. Para este artigo, adotou-se como unidade de análise a revista *Matrizes*, classificada no estrato A1.

A análise foi orientada pelos qualificadores previamente estabelecidos a partir dos Princípios da Justiça Informacional e dos Pilares da Ciência Aberta. Para a análise e discussão dos dados, foram utilizados indicadores analíticos e discursivos, que permitiram verificar o atendimento, o atendimento parcial ou o não atendimento aos critérios estabelecidos. Na revista *Matrizes*, os qualificadores foram comparados com as práticas, diretrizes, políticas e recomendações identificadas no portal da revista.

### 3 PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA INFORMACIONAL E PILARES DA CIÊNCIA ABERTA

A injustiça informacional se trata da falta de acesso justo à informação por estar restrita ou ser paga. Tal forma de injustiça é marcada pelos altos custos das taxas e licenças das tecnologias e *softwares* usados para promover o acesso e uso de informações de forma remota e digital. A partir do viés da economia da informação, Butcher (2009) infere que as leis de propriedade

intelectual são utilizadas, muitas vezes, para proteger os interesses financeiros de longo prazo das organizações que lucram ao controlar as informações, ao mesmo tempo em que deixam de lado a preocupação com aqueles sujeitos que as usam. É a partir dessa estrutura que se estabelece uma lacuna informacional entre pessoas ricas e em situação de pobreza em informação, na qual os primeiros serão os privilegiados e passarão a ter o domínio e controle do uso e acesso das informações nas sociedades. Prevalece, portanto, uma oligarquia informacional que promove castas informacionais e estabelece fronteiras de classe e de uso de patentes, medicamentos e demais produtos e serviços dos quais as pessoas ricas em informação detêm poder (Butcher, 2009). A injustiça informacional também reflete a ausência de uma justiça no fornecimento de informação adequada (Colquitt, 2001). Ao se pensar nos grupos em situação de vulnerabilidades sociais e informacionais, as populações de origem africana no Brasil, por exemplo, compõem a maior parte daqueles que não possuem acesso digno e irrestrito à informação (Silva; Garcez; Fevrier; Alves, 2022). A partir daí, a necessidade de investigação do combate às injustiças e exclusões, via Justiça informacional, a partir dos estudos no campo biblioteconômico-informacional.

Os estudos sobre Justiça Informacional não são recentes na perspectiva internacional, entretanto, no Brasil, especificamente na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), publicações são datadas a partir de 2021. No Brasil, o termo justiça informacional apareceu pela primeira vez em apresentação do evento científico Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), no ano de 2021, no Grupo de Trabalho (GT) 6 – Informação, Educação e Trabalho, no trabalho de Silva, Garcez, Fevrier, Romeiro e Alves (2021), no qual é explicitamente usada a expressão Justiça Informacional. No entanto, isso não significa que não se tenha pautado a injustiça informacional antes sem o uso do termo, considerando que a luta pelo acesso à informação não utiliza, por exemplo, o termo justiça informacional.

O avanço do uso do termo no Brasil foi estabelecendo seu desenvolvimento. Desse artigo e outros posteriores de Silva, Garcez, Silva, Fevrier e Alves (2022) estabeleceram os princípios da justiça informacional, reivindicando para que as pessoas, independentemente da pertença étnico-

racial, da classe, do gênero, da orientação sexual, posição geográfica, entre outros aspectos, tenham acesso justo à informação, conforme garantido na Constituição.

Com base nesse entendimento, este trabalho assume que a Justiça Informacional pode ser entendida como uma estrutura de justiça social para fornecer aos profissionais das áreas da Informação elementos que lhes permitam reconhecer as questões centrais de justiça social nos serviços e produtos de informação (Silva; Garcez; Silva; Fevrier; Alves, 2022).

Os princípios da Justiça Informacional (Quadro 1) foram definidos com o intuito de proporcionar o diálogo entre a Justiça Informacional, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, a fim de direcionar a construção epistemológica e das ações dos docentes e de profissionais da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (Silva; Garcez; Fevrier; Romeiro; Alves, 2021; Silva; Garcez; Silva; Fevrier; Alves, 2022, 2023).

**Quadro 1** – Princípios da Justiça Informacional

| Princípios da Justiça Informacional | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Princípio 1</i>                  | Utilizamos a justiça informacional para o combate às injustiças sociais, econômicas, políticas, educacionais, representacionais etc., bem como para capacitar e emancipar comunidades vulneráveis em informação.                                                                                                                                                  |
| <i>Princípio 2</i>                  | Conscientes da dualidade de ricos em informação versus pobres em informação, repudiamos as lógicas capitalistas de manutenção de poder e comércio sobre a informação, as quais promovem o acesso desigual à informação por parte de grupos geopoliticamente situados e classificados pelos marcadores étnico-raciais, de classe, de gênero, de credo e culturais. |
| <i>Princípio 3</i>                  | Acreditamos que a justiça informacional se concretizará com a atuação e formação de bibliotecárias críticas e conscientes da existência e operacionalização de sistemas de opressão, exclusão e desigualdades de populações em situação de vulnerabilidades.                                                                                                      |
| <i>Princípio 4</i>                  | Entendemos que ao projetarmos produtos, programas e serviços em BCI, a orientação em justiça social nos cobra ciência das injustiças sociais e informacionais embutidas em sistemas institucionais, organizações culturais, bibliotecas e unidades de informação.                                                                                                 |
| <i>Princípio 5</i>                  | Enfocamos a justiça distributiva, de reconhecimento e participativa para estabelecer estruturas comuns de distribuição, recepção e comunicação da informação, na qual as pessoas integrantes das sociedades interagem entre si como pares, sem hierarquias ou castas que as separem, visando criar sociedades social e racialmente justas.                        |
| <i>Princípio 6</i>                  | Entendemos que o direito de acesso à informação, assim como o direito à privacidade, à segurança e à confidencialidade da informação são direitos humanos.                                                                                                                                                                                                        |
| <i>Princípio 7</i>                  | Advogamos em prol das licenças e softwares de Acesso Aberto das tecnologias da informação e comunicação como uma das formas de atender à Justiça Informacional.                                                                                                                                                                                                   |
| <i>Princípio 8</i>                  | Compreendemos que a educação para a informação, voltada para o desenvolvimento da Competência em Informação para justiça social são                                                                                                                                                                                                                               |

| Princípios da Justiça Informacional | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                     | fundamentais para que os sujeitos possam identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessitem de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para o pleno exercício da cidadania e transformação social. |

**Fonte:** Silva, Garcez, Fevrier, Romeiro e Alves (2021) e Silva, Garcez, Silva, Fevrier e Alves (2022, 2023).

Sendo assim, a Justiça Informacional enquanto promotora do acesso justo à informação, se origina de um desdobramento da justiça social, e sua conceituação enquanto Justiça Informacional foi feita por diferentes autores, em diferentes localizações do globo e em períodos distintos. A Ciência Aberta representa um compromisso com a democratização do conhecimento científico e, para isso, se baseia em dez pilares expostos na Figura 1:

**Figura 1 – Pilares do movimento Ciência Aberta**

|                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acesso Aberto ( <i>open access</i> )                                                                                                      |
| Dados Aberto ( <i>open data</i> )                                                                                                         |
| Pesquisa Aberta Reprodutível ( <i>reproducible open research</i> )                                                                        |
| Avaliação Aberta e Responsável da Ciência<br>( <i>open and responsible assessment of science</i> )                                        |
| Política, Declarações, Diretrizes e Orientações Ciência Aberta<br>( <i>open science policy, declarations, guidelines and guidelines</i> ) |
| Educação Aberta ( <i>open education</i> )                                                                                                 |
| Inovação Aberta ( <i>open innovation</i> )                                                                                                |
| Infraestruturas e Ferramentas Científicas Abertas<br>( <i>open scientific infrastructures and tools</i> )                                 |
| Ciência Cidadã Aberta e Participativa ( <i>open and participatory citizen science</i> )                                                   |
| Diálogo Aberto com outros Sistemas de Conhecimento<br>( <i>open dialogue with other knowledge systems</i> )                               |

**Fonte:** Autoria (2024) com base em Silveira, Ribeiro, Melero, Mora-Campos, Piraquive-Piraquive, Uribe-Tirado, Sena, Polanco Cortés, Fachin, Santillán-Aldana, Silva, Araújo e Enciso-Betancourt (2023).

A Ciência Aberta, como um movimento focado em tornar a ciência mais aberta, acessível, eficiente, transparente e benéfica para todas as pessoas, é um mecanismo eficaz para promover a Justiça Informacional em suas multifacetadas: (1) pessoas como buscadoras de informação, (2) pessoas como fontes de informação e (3) pessoas como sujeitos informacionais. Isso porque, a

informação pode ser um instrumento de reparação de danos epistêmicos, históricos e sociais sofridos por grupos minoritários ou excluídos.

Acreditamos que a Justiça Informacional e Ciência Aberta são movimentos orientadores em direção ao acesso equitativo e justo à informação. Consideremos isso, pois a Ciência Aberta promove um diálogo entre a produção científica e a sociedade, tornando-a acessível a todos, não apenas aos acadêmicos, valorizando e reconhecendo o processo científico e seus sujeitos contribuintes, bem como o processo e a construção dos processos metodológicos e dos dados (Sena, 2023). Logo, na próxima seção, apontamos o conjunto de critérios que vislumbramos para a checagem da presença dos princípios da Justiça Informacional em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta, cadastradas no Diretório Miguilim.

#### 4 JUSTIÇA INFORMACIONAL EM REVISTAS CIENTÍFICAS COM PRÁTICAS DE CIÊNCIA ABERTA

Conforme exposto nas seções anteriores, os critérios estabelecidos no Quadro 2 foram obtidos a partir da leitura e compreensão dos Princípios da Justiça Social e dos Pilares da Ciência Aberta.

**Quadro 2** – Critérios de avaliação da presença da Justiça Informacional em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta

| Princípios | Critérios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P1         | <ul style="list-style-type: none"> <li>a) dispor de políticas que combatam as injustiças sociais e informacionais (ex.: acessibilidade, artigos gravados em áudio etc.);</li> <li>b) disponibilizar recursos informacionais para acesso equitativo, para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência (artigos em áudio, vídeo em Libras ou aplicativo ou extensão de tradução do texto para Libras, como o aplicativo <i>Hand Talk</i> ou <i>VLibras</i>);</li> <li>c) possibilitar o acesso às comunidades vulneráveis em informação à publicação científica (documento PDF, documento EPUB, audiovisual);</li> <li>d) navegação pelo site do periódico por voz (para pessoas com limitações nos movimentos das mãos e braços ou que não possuam esses membros) e busca estratégica (avançada ou simples) por voz;</li> <li>e) incentivar a participação de graduandos e profissionais sem título de doutores ou mestres;</li> <li>f) incentivar a publicação em idiomas como idiomas e línguas de povos indígenas e outras comunidades tradicionais;</li> <li>g) possuir publicações em temas diversos que representem os grupos sociais e realidades existentes em sua amplitude e pluralidade (análise de números publicados em 2023 e verificar se há diversificação de abordagens e temas sociais, étnico-raciais, de gênero etc.);</li> <li>h) publicar artigos que não sejam somente acadêmicos, mas também oriundos de experiências de trabalho, e de epistemologias diversas.</li> </ul> |
| P2         | <ul style="list-style-type: none"> <li>a) não cobrar taxas de acesso à revista e seus artigos (Acesso Aberto e livre);</li> <li>b) possuir Política de Ciência Aberta.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

| Princípios | Critérios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P3         | <ul style="list-style-type: none"> <li>a) possuir políticas ou diretrizes para autorias e pessoas bibliotecárias contra uso de termos preconceituosos ou ofensivos;</li> <li>b) orientar os leitores e os incentiva a desenvolverem uma postura crítica quanto ao conteúdo lido na revista;</li> <li>c) possuir avaliação por pares;</li> <li>d) disponibilizar para acesso um manual de instrução ou tutorial em vídeo sobre submissão e uso do periódico.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| P4         | <ul style="list-style-type: none"> <li>a) possuir políticas voltadas para o reconhecimento e dissolução de práticas ou posicionamentos injustos (social e informacionalmente);</li> <li>b) dispor de uma equipe editorial com equidade de homens e mulheres;</li> <li>c) diversidade de instituições, e pesquisadores e pesquisadoras de diversos grupos étnico-raciais no comitê científico (avaliadores ad hoc), a partir da análise da lista disponível no periódico);</li> <li>d) apresentar diversificado número de pesquisadores e pesquisadoras vinculadas a universidades.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| P5         | <ul style="list-style-type: none"> <li>a) estimular a conduta ética das pessoas autoras, via Política;</li> <li>b) empregar políticas de transparência da pesquisa, incentivando os autores a serem transparentes nos processos e resultados da produção científica. Ex: divulgação dos dados de pesquisa para reuso;</li> <li>c) não impor obrigatoriedade de que um dos autores possua título de doutor, impedindo a participação de graduados e mestres.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| P6         | <ul style="list-style-type: none"> <li>d) dispor de políticas para atender ao direito de acesso à informação de todos os cidadãos e usuários;</li> <li>e) possibilitar às pessoas participação como avaliadoras e autoras;</li> <li>f) política de privacidade para autores, revisores e leitores, para que esses tenham seus dados seguros;</li> <li>g) confidencialidade da identidade dos revisores e editores da revisão por pares;</li> <li>h) ser transparente em seus processos científicos e editoriais, incluindo a revisão por pares, com justificativas nítidas para as decisões editoriais.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| P7         | <ul style="list-style-type: none"> <li>a) utilizar <i>software</i> de código aberto e código-fonte;</li> <li>b) possuir licença <i>Creative Commons</i> (CC) sem fins lucrativos;</li> <li>c) dispor de política de dados de pesquisa abertos;</li> <li>d) atender aos pilares da Ciência Aberta: Acesso Aberto; dados abertos; pesquisa aberta reprodutível; avaliação aberta e responsável da ciência; política, declarações, diretrizes e orientações Ciência Aberta; educação aberta; inovação aberta; infraestruturas e ferramentas científicas abertas; ciência cidadã aberta e participativa; diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento;</li> <li>e) cumprir com os valores centrais e princípios da Ciência Aberta: i. qualidade e integridade; ii. benefício coletivo; iii. equidade e justiça; iv. Diversidade e inclusão; v. transparência; vi. igualdade de oportunidades; responsabilidade (dos autores e do público leitor); vii. Colaboração, participação e inclusão; viii. Flexibilidade e; ix. Sustentabilidade.</li> </ul> |
| P8         | <ul style="list-style-type: none"> <li>a) sistema de busca e recuperação de uso intuitivo ou com instruções prévias, descritas em linguagem legível a todos os usuários, independentemente de nível de escolaridade;</li> <li>b) oferecer oportunidade de comunicação e de <i>feedback</i> para as pessoas leitoras e pessoas autoras;</li> <li>c) aceitar sugestões de temas para dossiês e publicações, visando atender às necessidades da comunidade.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

**Fonte:** Autorias (2024) com base em Silva, Garcez, Fevrier, Romeiro e Alves (2021) e Silva, Garcez, Silva, Fevrier e Alves (2022, 2023).

É possível verificar critérios objetivos (Quadro 3) para a checagem da presença de cada princípio da Justiça Informacional nas revistas científicas

registradas no Diretório Miguilim, no sentido de facilitar a obtenção de melhores práticas a serem replicadas e escaladas.

**Quadro 3 – Critérios de Análise da Justiça Informacional**

| Campo                                                                    | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Título / Abreviação                                                      | Identificação da revista científica e sua forma abreviada (se houver).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Descrição                                                                | Breve conceituação e caracterização da revista científica em análise.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Instituição                                                              | Instituição à qual é vinculada, podendo ser uma universidade, associação ou instituto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Programa associado                                                       | Identificação do programa de pós-graduação ao qual a revista está associada, em caso de revistas vinculadas a instituições de ensino superior que ofertem pós-graduação.                                                                                                                                                                                                                 |
| Editora                                                                  | Organização responsável pela editoração da revista científica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Identificador da instituição editora                                     | Caso haja, o endereço eletrônico vinculado à instituição editora.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Classificação Qualis-Periódicos e área de avaliação do Qualis-periódicos | A revista pode ser situada nas seguintes classificações: revista não avaliada, A1, A2, A3, A4. Dessa forma, esse campo identifica o nível do Qualis-Periódicos e da área de avaliação do Qualis-Periódicos da revista científica. Exemplo: A2 – Classificação Qualis-Periódicos e área de avaliação do Qualis-periódicos, 2017-2020. Consideraremos na amostra apenas revistas Qualis A. |
| Endereço eletrônico para acesso (URL)                                    | Endereço digital para acesso e consulta à revista científica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Identificador (DOI)                                                      | Endereço digital e número do <i>Digital Object Identifier</i> [Identificador de Objeto Digital] (DOI), um padrão para identificação de documentos em formato digital.                                                                                                                                                                                                                    |
| ISSN                                                                     | <i>International Standard Serial Number</i> [Número de Série Padrão Internacional] (ISSN), corresponde a número de identificação da revista científica digital e impressa.                                                                                                                                                                                                               |
| eISSN                                                                    | <i>Electronic International Standard Serial Number</i> [Número de Série Padrão Internacional Eletrônico] (eISSN), corresponde ao código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada.                                                                                                                                                                |
| Ano de criação ou de início das atividades                               | Data que marca o início da atuação da revista científica, demarcando o período de atuação da revista.                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Licenças de uso                                                          | Licenças utilizadas para reprodução e citação dos materiais e <i>Copyright</i> [direitos autorais].                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Idioma de publicação                                                     | Verificação da acessibilidade idiomática da revista, em quais idiomas, além do português (pt-br), seu conteúdo está disponível. Por exemplo: inglês, espanhol, francês etc.                                                                                                                                                                                                              |
| Área do conhecimento                                                     | Quais áreas do conhecimento a revista abrange, considerando especificação, desde a ciência (macro) até seu assunto (micro). Exemplo: Ciências Sociais Aplicadas à Ciência da Informação e à Biblioteconomia.                                                                                                                                                                             |
| Região, Estado e Cidade                                                  | Localização geográfica da revista enquanto instituição física.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Modalidade de publicação                                                 | Fluxo de publicação da revista. Podendo ser: de fluxo contínuo, de fluxo tradicional ou <i>ahead of print</i> [pré-impressão ou <i>preprint</i> ] (AOP) é a publicação antecipada ou avançada dos artigos aprovados na avaliação por pares.                                                                                                                                              |
| Situação                                                                 | Status de atividade da revista, atividade vigente ou em inatividade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Documentos avaliados                                                     | Especificação dos tipos de produção científica aceita por cada revista, sendo as possibilidades: artigo original, artigo de revisão, artigo de conferência, artigo de iniciação científica, ensaio, relato de experiência.                                                                                                                                                               |

| Campo                                                             | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Permissão de submissão, armazenamento e acesso de <i>preprint</i> | Caso em que a revista opta ou não por aceitar a submissão de <i>preprints</i> [pré-impressão] que já se encontram armazenados em outras plataformas. Assim como opta por permitir o armazenamento e acesso, em repositórios institucionais/digitais, da versão <i>preprint</i> do documento submetido para avaliação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Selo da revista                                                   | Relação com acesso e armazenamento das produções, por exemplo: selo amarelo, práticas de Ciência Aberta; selo vermelho, Revista diamante.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Selo de armazenamento e acesso                                    | Selo branco: representa que a revista tem restrições para o armazenamento e acesso das versões <i>preprint</i> e pós-print dos documentos em repositórios institucionais/digitais; Selo azul: sinaliza que a revista permite o armazenamento e acesso das versões pós-print dos documentos em repositórios institucionais/digitais; Selo amarelo: mostra que a revista admite armazenamento e acesso das versões <i>preprint</i> dos documentos em repositórios institucionais/digitais; e o Selo verde: demonstra que a revista aceita o armazenamento e acesso das versões <i>preprint</i> e pós-print dos documentos em repositórios institucionais/digitais (IBICT, 2024). |
| Tipo de Acesso                                                    | Determinação do tipo de acesso que a revista concede aos usuários.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Pontuação do termômetro de Acesso Aberto                          | Identifica o alinhamento das revistas científicas aos Movimentos de Acesso Aberto e de Ciência Aberta. Para medir, usa como parâmetro as respostas dos editores da revista a uma série de metadados, sendo possível criar uma escala que mede o quão alinhada à revista está a estes movimentos. As revistas que indicarem Acesso Aberto imediato no campo tipo de acesso e cumprirem ao menos 80% dos critérios de abertura definidos pela Equipe Miguilim receberão um selo de publicação em Acesso Aberto, que reconhece os esforços realizados pela revista para colocar a ciência ao alcance de todos (IBICT, 2023).                                                      |
| Taxas                                                             | Caso a revista cobre taxas para publicação e submissão (voltada às pessoas autoras) ou para acesso aos artigos (voltada aos leitores), ou se a revista não cobra taxas nem para publicação, nem para acesso e leitura na íntegra.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Código de ética                                                   | Sinaliza a existência de um padrão normativo explícito, dentro da revista científica, que regula a transparência e cobra um posicionamento ético dos editores, revisores e autores.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Padrão de normalização bibliográfica                              | Identificação do conjunto de normas adotado pela revista para padronização do material publicado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Exigência de disponibilização de dados de pesquisa                | A revista pode apresentar três possíveis exigências: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a revista exige que os autores publiquem os dados que deram origem à pesquisa em repositórios e/ou revistas de dados;</li> <li>• A revista não exige que autores publiquem os dados da pesquisa;</li> <li>• a revista publica os dados que deram origem à pesquisa na própria revista.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Serviços de informação                                            | Lista de serviços de informação aos quais a revista está vinculada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Última atualização                                                | Refere-se a data e horário da última atualização realizada pelo editor da revista e registrada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

**Fonte:** Autorias (2024).

A seguir, apresentamos o contexto e a análise da revista Matrizes.

## 5 RESULTADOS: A ANÁLISE DA REVISTA MATRIZES

A *Matrizes*, revista científica do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, vigente desde o ano de 2007. De acordo com os dados cadastrados no diretório Miguilim e IBICT (2024) e no próprio site da revista, incentiva o horizonte transdisciplinar do pensamento comunicacional e objetiva redimensionar conhecimentos e práticas que contribuam para definir, mapear e explorar os novos cenários comunicacionais da contemporaneidade. No limite, *Matrizes* busca ser um espaço privilegiado de debates das diferentes perspectivas do campo da Comunicação e Informação.

A seguir (Quadro 4) estão descritos os seus metadados de caracterização, com a finalidade de estabelecermos as primeiras noções sobre a origem, identidade, práticas e diretrizes da revista *Matrizes*.

**Quadro 4** – Metadados de caracterização da revista *Matrizes*

| Campo                                                                    | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Título / Abreviação                                                      | <i>Matrizes</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Descrição                                                                | <i>Matrizes</i> é a revista científica do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Lançada no segundo semestre de 2007, é destinada à publicação de estudos que tenham por objeto a comunicação em seus múltiplos aspectos e dimensões. Acolhe pesquisas teóricas e empíricas sobre fenômenos comunicacionais, meios de comunicação e mediações comunicativas nas interações sociais. Trata-se de uma publicação aberta às reflexões sobre tecnologias, culturas e linguagens midiáticas em suas implicações sociopolíticas e cognitivas. |
| Instituição                                                              | Universidade de São Paulo (USP)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Programa associado                                                       | Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Instituição editora                                                      | Universidade de São Paulo (USP)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Identificador da instituição editora                                     | Não consta                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Classificação Qualis-Periódicos e área de avaliação do Qualis-periódicos | Qualis A1 – Comunicação e Informação (2017-2020)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Endereço eletrônico para acesso (URL)                                    | <a href="https://www.revistas.usp.br/matrizes/index">https://www.revistas.usp.br/matrizes/index</a>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Identificador (DOI)                                                      | Não consta.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| ISSN                                                                     | 1982-2073                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| eISSN                                                                    | 1982-8160                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Ano de criação ou de início das atividades                               | 2007                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Licenças de uso                                                          | Permite remixagem, adaptação e criação a partir da obra, para fins não comerciais, desde que seja atribuído o crédito ao autor da obra                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

| Campo                                                             | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                   | original e que as novas criações utilizem a mesma licença da obra original (CC BY-NC-SA).                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Idioma de publicação                                              | Português, espanhol, francês e italiano                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Área do conhecimento                                              | Ciências sociais aplicadas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Região, Estado e Cidade                                           | Sudeste, São Paulo, São Paulo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Modalidade de publicação                                          | Quadrimestral e de fluxo contínuo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Modalidade de avaliação por pares                                 | Avaliação por pares duplo-cega                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Publicação dos avaliadores                                        | Não consta                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Situação                                                          | Vigente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Documentos avaliados                                              | Artigo, dossiê, entrevista, resenhas de livros, teses e dissertações e editorial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Permissão de submissão, armazenamento e acesso de <i>preprint</i> | A revista permite o armazenamento e acesso, em repositórios institucionais/digitais, da versão pré-print do documento submetido para avaliação.<br>A revista permite o armazenamento e acesso, em repositórios institucionais/digitais, da versão pós-print do autor.<br>A revista permite o armazenamento e acesso, em repositórios institucionais/digitais, a todos os pós-print da revista. |
| Selo da revista                                                   | Não apresenta selos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Selo de armazenamento e acesso                                    | Verde: permite o armazenamento e acesso das versões <i>preprint</i> e pós-print dos documentos em repositórios institucionais/digitais.                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Tipo de Acesso                                                    | Acesso aberto imediato                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Prazo para disponibilização de documentos                         | Imediatamente após a aceitação do artigo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Pontuação do termômetro de Acesso Aberto                          | 20%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Taxas                                                             | Não cobra taxas para submissão, publicação e acesso aos artigos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Código de ética                                                   | Código de Boas Práticas Científicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (fabricação e falsificação de dados, plágio etc.).                                                                                                                                                                                                                                        |
| Padrão de normalização bibliográfica                              | Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e APA7.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Exigência de disponibilização de dados de pesquisa                | A revista não exige que os autores publiquem os dados que deram origem à pesquisa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Serviços de informação                                            | DOAJ (Directory of Open Access Journals)<br>Latindex-Directorio<br>Redalyc<br>Oasisbr (Portal brasileiro de publicações e dados científicos em Acesso Aberto)<br>Diadorim (Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras)                                                                                                                                             |

| Campo | Descrição                                                             |
|-------|-----------------------------------------------------------------------|
|       | Miguilim (Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras) |
|       | CiteFactor                                                            |

**Fonte:** Elaborado pelas autorias (2024), com base nos dados recuperados.

Adiante (Quadro 5), apresentamos a análise realizada dentro do portal da revista Matrizes, no primeiro semestre de 2025, onde comparamos os qualificadores previamente delineados com as práticas, diretrizes, políticas e recomendações adotadas pela revista.

**Quadro 5** – Qualificadores oriundos dos oito princípios da Justiça Informacional atendidos pela revista Matrizes

| Princípios | Qualificadores atendidos                                                                                                                                                                                                                                                  | Cumpre |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| P1         | a) dispor de políticas que combatam as injustiças sociais e informacionais (ex.: acessibilidade, interface amigável, sem taxas de acesso, artigos gravados em áudio etc.);                                                                                                |        |
|            | b) disponibilizar recursos informacionais para acesso equitativo, de pessoas com deficiência (artigos em áudio, vídeo em Libras ou aplicativo ou extensão de tradução do texto para Libras, como o aplicativo <i>Hand Talk</i> ou <i>VLibras</i> );                       | X      |
|            | c) possibilitar o acesso para comunidades vulneráveis em informação à publicação científica, quanto ao seu suporte informacional e legibilidade do conteúdo (documento PDF, documento EPUB, audiovisual);                                                                 |        |
|            | d) navegação pelo site da revista, comandada por voz (para pessoas com limitações nos movimentos das mãos e braços ou que não possuam esses membros) e busca estratégica (avançada ou simples) por voz;                                                                   |        |
|            | e) incentivar a participação de graduandos e profissionais sem título de doutores ou mestres;                                                                                                                                                                             |        |
|            | f) incentivar a publicação em diversos idiomas, como línguas de povos indígenas e outras comunidades tradicionais;                                                                                                                                                        |        |
|            | g) possuir publicações em temas diversos que representem os grupos sociais e realidades existentes em sua amplitude e pluralidade (análise de números publicados em 2023 e verificar se há diversificação de abordagens e temas sociais, étnico-raciais, de gênero etc.); | X      |
|            | h) publicar artigos que não sejam exclusivamente acadêmicos, mas oriundos de experiências de trabalho, e de epistemologias diversas.                                                                                                                                      |        |
| P2         | a) não cobrar taxas de acesso à revista e seus artigos (Acesso Aberto e livre);                                                                                                                                                                                           | X      |
|            | b) dispor de Política de Ciência Aberta.                                                                                                                                                                                                                                  | X      |
| P3         | a) possuir políticas ou diretrizes para autorias e pessoas bibliotecárias contra uso de termos preconceituosos ou ofensivos;                                                                                                                                              |        |
|            | b) orientar os leitores e os incentivar a desenvolverem uma postura crítica quanto ao conteúdo lido na revista;                                                                                                                                                           |        |
|            | c) adotar o processo de avaliação por pares;                                                                                                                                                                                                                              | X      |
|            | d) disponibilizar um manual de instrução ou tutorial em vídeo sobre submissão e uso do periódico.                                                                                                                                                                         |        |
| P4         | a) possuir políticas voltadas para o reconhecimento e dissolução de práticas ou posicionamentos injustos (social e informacionalmente);                                                                                                                                   |        |

| Princípios | Qualificadores atendidos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Cumpre |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
|            | b) dispor de uma equipe editorial com equidade quantitativa entre os membros, visto o número de homens e mulheres;                                                                                                                                                                                                                                                                               |        |
|            | c) diversidade de instituições, e pesquisadores e pesquisadoras de diversos grupos étnico-raciais no comitê científico (avaliadores <i>ad hoc</i> ), a partir da análise da lista disponível no periódico;                                                                                                                                                                                       | X      |
|            | d) apresentar diversificado número de pesquisadores e pesquisadoras vinculados a diferentes universidades, brasileiras e internacionais.                                                                                                                                                                                                                                                         | X      |
| P5         | a) estimular a conduta ética das pessoas autoras, via Política;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | X      |
|            | b) empregar políticas de transparência da pesquisa, incentivando os autores a serem transparentes nos processos e resultados da produção científica. Ex: divulgação dos dados de pesquisa para reprodutibilidade;                                                                                                                                                                                |        |
|            | c) não impor obrigatoriedade de que um dos autores possua título de doutor, impedindo a participação de graduados e mestres.                                                                                                                                                                                                                                                                     |        |
| P6         | a) dispor de políticas para atender ao direito de acesso à informação de todos os cidadãos;                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |        |
|            | b) possibilitar às pessoas participação como avaliadoras e autoras;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |        |
|            | c) política de privacidade para autores, revisores e leitores, para que tenham seus dados seguros;                                                                                                                                                                                                                                                                                               | X      |
|            | d) confidencialidade da identidade dos revisores e editores da revisão por pares;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | X      |
|            | e) ser transparente em seus processos científicos e editoriais, incluindo a revisão por pares, com justificativas nítidas para as decisões editoriais.                                                                                                                                                                                                                                           | X      |
| P7         | a) utilizar <i>software</i> de código aberto e código-fonte;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | X      |
|            | b) possuir licença <i>Creative Commons</i> sem fins lucrativos;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | X      |
|            | c) dispor de política de dados de pesquisa abertos;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |        |
|            | d) atender aos pilares da Ciência Aberta: Acesso Aberto; dados abertos; pesquisa aberta reprodutível; avaliação aberta e responsável da ciência; política, declarações, diretrizes e orientações Ciência Aberta; educação aberta; inovação aberta; infraestruturas e ferramentas científicas abertas; ciência cidadã aberta e participativa; diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento; |        |
|            | e) cumprir com os valores da Ciência Aberta: i. qualidade e integridade; ii. benefício coletivo; iii. equidade e justiça; iv. Diversidade e inclusão; v. transparência; vi. igualdade de oportunidades; responsabilidade (dos autores e leitores); vii. Colaboração, participação e inclusão; viii. Flexibilidade e; ix. Sustentabilidade.                                                       |        |
| P8         | a) sistema de busca e recuperação de uso intuitivo ou com instruções prévias, descritas em linguagem legível a todos os usuários, independentemente de nível de instrução;                                                                                                                                                                                                                       |        |
|            | b) oferecer oportunidade de comunicação e de <i>feedback</i> para as pessoas leitoras e autoras;                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | X      |
|            | c) aceitar sugestões de temas para publicações, visando atender às necessidades da comunidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |        |

**Fonte:** Elaborado pelas autorias (2025), com base nos dados recuperados.

Quanto ao **princípio 1**, especificamente o qualificador "a" (dispor de políticas que combatam as injustiças sociais e informacionais, principalmente por meio da acessibilidade): a revista disponibiliza, em sua interface, recursos de acessibilidade, Libras e navegação por face, diante desse aspecto, nos

baseamos no trabalho de Paiva (2023), onde a autora destrincha as concepções de deficiência advindas de hegemonia de deficiência e, por conseguinte, o acesso a informações contra-hegemônicas acerca da deficiência é crucial para a efetiva mudança de paradigma social. Nas palavras de Ivan, “eu gosto muito de ler artigo científico e eu vejo que esse tipo de conteúdo não é muito compartilhado pelas pessoas. Não são acessíveis a maioria dos conteúdos”. Através deste posicionamento, o conteúdo dito acessível pode ser entendido de dois pontos de vista do aspecto da acessibilidade do formato do artigo, seja para recursos de leitura de tela ou recursos de descrição de imagens; e ainda, a falta de acessibilidade da linguagem dos textos de artigos científicos e da academia, dada a escrita complexa e por vezes, ilegível. Desta maneira, apontamos para a necessidade de democratização do conhecimento, tanto pela linguagem, como pelos canais de disseminação da informação.

Tal ferramenta também diz respeito ao qualificador “b” (disponibilizar recursos informacionais para acesso equitativo, de pessoas com deficiência), contudo, a revista *Matrizes* não dispõe de artigos gravados em áudio. Atende parcialmente a este critério. Ainda sobre o qualificador “b”, a revista dispõe de acessibilidade para pessoas surdas ou com baixa audição, disponibilizando o uso da extensão “Vlibras” para tradução do conteúdo em libras. Disponibiliza o tutorial para orientação do uso da ferramenta. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005) caracteriza o indivíduo surdo como aquele que, em decorrência da perda auditiva, compreende e estabelece relações “[...] com o mundo por meio das experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (Pereira; Alcará, 2021). Assim, a Língua de Sinais possibilita ao surdo compreender e interagir com o meio, expressar pensamentos, sentimentos e sua identidade (Pereira; Alcará, 2021).

Ainda no **princípio 1**, mas no qualificador “c” (possibilitar o acesso para comunidades vulneráveis em informação à publicação científica, quanto ao seu suporte informacional e legibilidade do conteúdo) – o próprio termo acessibilidade, significa facilidade de acesso, pois busca o benefício de todos os indivíduos, quanto aos caminhos para o acesso à informação no contexto dos ambientes informacionais digitais (Vechiato, 2010), constatamos que a

revista disponibiliza apenas artigos em formato *Portable Document Format* (PDF) – ou formato de documento portátil – e geralmente em duas línguas (português e outra estrangeira), o que restringe a acessibilidade e as alternativas de leitura, por parte dos usuários. Isto posto, ressaltamos que os motivos dos usuários para pesquisarem por conteúdos digitais, e para este fim, necessitarem de recursos de acessibilidade, são os mais variados e podendo ou não, estarem relacionados a deficiências individuais temporárias ou permanentes. Consideramos que o ambiente, os equipamentos e as pessoas envolvidas podem direcionar a necessidade, o que pode ampliar as possibilidades de acesso e uso ao recurso que se deseja (Vechiato, 2010).

A revista não atendeu ao qualificador "d" (navegação pelo site da revista, comandada por voz (para pessoas com limitações nos movimentos das mãos e braços ou que não possuam esses membros) e busca estratégica – avançada ou simples – por voz) do **princípio 1**, dada a ausência de ferramentas e recursos para pesquisa e comandos de voz.

Prosseguimos no **princípio 1**, qualificador "e" (incentivar a participação de graduandos e profissionais sem título de doutores ou mestres), a revista somente aceita submissão de trabalhos em que pelo menos uma das autorias tenha a titulação de doutor(a). Em vista da necessidade de participação, ou melhor, de direito à participação, Nancy Fraser (2002) propôs o "princípio de paridade de participação", o qual afirma que a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir entre si como pares. São necessárias pelo menos duas condições para que essa interação se efetue, primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e "voz" dos participantes. Esta condição, impediria a existência de formas e níveis de dependência e desigualdade econômicas. Não se enquadram nesta lógica, os arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as flagrantes disparidades de riqueza, rendimento e tempo de lazer que negam a determinados grupos e pessoas os meios e as oportunidades de interagir entre pares. Em contraponto, a segunda condição para a paridade participativa requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem respeito equitativamente para com todos os participantes e garantam iguais oportunidades para ascensão e participação social. Esta condição exclui padrões institucionalizados de valor

que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características a elas associadas. Portanto, excluem-se padrões institucionalizados de valor que negam a alguns o estatuto de parceiros plenos nas interações – quer ao imputar-lhes a carga de uma “diferença” excessiva, quer ao não reconhecer a sua particularidade. Logo, a barreira de publicação para graduandos, graduados e mestres, permeia sintomas da exclusão social, pois a revista não oferece a mesma oportunidade a todas as pessoas pesquisadoras.

Ainda quanto ao **princípio 1**, no qualificador “f” (incentivar a publicação em diversos idiomas, como línguas de povos indígenas e outras comunidades tradicionais), percebemos a importância em contraposição à invisibilidade dessas ramificações linguísticas dos povos originários pois, no Brasil, todas as línguas indígenas estão sendo propositalmente esquecidas, uma forma de memoricídio, a morte do conhecimento de um grupo. De acordo com Barros (2022), o Brasil é o terceiro com maior quantidade de línguas ameaçadas, segundo o Atlas Mundial das Línguas, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Adiante, identificamos que Matrizes aceita submissões em português, francês, espanhol e inglês. E a situação de não envio da versão do artigo em inglês implicará na não publicação do artigo, tal aspecto implica o não cumprimento do qualificador “f”.

Ainda sobre o **princípio 1**, especificamente o qualificador “g” (possuir publicações em temas diversos que representam os grupos sociais e realidades existentes em sua amplitude e pluralidade), isto posto, sustentamos a necessidade de reconhecer a multiplicidade em discursos científicos e a diversidade epistemológica (pluralidade de saberes), visto que a reflexão epistemológica deve incidir nas práticas de conhecimento e em seus impactos nas demais práticas sociais, por meio destas práticas questionamos o colonialismo e o capitalismo, ferramentas de construção e manutenção da dominação epistemológica, a qual deu origem a uma relação desigual de saber-poder, esta relação culminou no apagamento e desvalorização de formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, seus saberes foram e ainda são subalternizados (Santos; Meneses, 2009) – outra prática de memoricídio e, principalmente, de epistemicídio. Epistemologia, ainda nas

palavras de Santos e Meneses (2009), se refere a toda a noção sobre as condições do que conta como conhecimento válido, porque, através deste conhecimento validado, se dá a experiência social intencional, pois que, não existe conhecimento sem prática e atores sociais, formados através das relações sociais, visto que são as diferentes relações sociais que originam a diversidade de epistemologias. Perante o exposto, constatamos que a revista publicou três volumes no ano de 2023, totalizando trinta e oito (38) materiais publicados, dentre os quais: artigos, resenhas, entrevistas, dossiês, editoriais e outros. Dos trinta e oito, apenas dez (10) das publicações contemplavam a diversificação de abordagens sobre temas sociais, étnico-raciais, de gênero, não-hegemônicos e plurais em epistemes e representações de comunidades, populações e indivíduos. A seguir, a relação dos artigos encontrados:

- a) Memórias, metáforas e imaginação em narrativas orais de história de vida (acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i1p251-268>);
- b) Desigualdades de gênero no subcampo científico da comunicação: o teto de vidro no quintal (acesso via: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i1p141-163>);
- c) Estados recusados: o efeito do culturalismo em nações com histórico de colonização (acesso em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i2p135-151>);
- d) Pensar o popular a partir de um lugar outro: a proposta de Jesús Martín-Barbero e sua contribuição ao debate teórico sobre cultura popular (acesso em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i2p49-64>);
- e) A comunidade de jornalistas LGBTQIA+ e o esforço das ações afirmativas num Brasil conservador (acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i2p153-169>);
- f) Estados recusados: o efeito do culturalismo em nações com histórico de colonização (acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i2p135-151>);
- g) Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?: colaborações, críticas e curiosidades

(acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p295-315>);

- h) Sobre os elos (perdidos) entre as pesquisas em midiatização alemã, latino-americana e francesa: reflexões sobre os diversos meios de pesquisa e suas tradições (acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p241-272>);
- i) Colonialidade do saber na internacionalização dos estudos sobre comunicação: abordagem do caso da América Latina (acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p55-72>);
- j) O espaço ibero-americano de ciências da comunicação e as epistemologias do Sul (acesso em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p29-54>).

A partir da coleta de títulos listada acima, não podemos afirmar que a revista atende ao qualificador “h” (publicar artigos que não sejam exclusivamente acadêmicos, mas oriundos de experiências de trabalho e de epistemologias diversas), do **princípio 1**, porque, embora os temas dos trabalhos publicados permeiem a diversidade de temáticas e conhecimentos não hegemônicos e eurocentrados, todos são exclusivamente acadêmicos.

A revista atende ao **princípio 2**, qualificador “a” (não cobrar taxas de acesso à revista e seus artigos – Acesso Aberto), pois se qualifica como uma revista de Acesso Aberto. O Acesso Aberto, como movimento e como iniciativa, é um grande fortalecedor e facilitador para a comunidade científica, tanto para leitores, quanto para os autores, editores e os pares. Os leitores podem fazer leituras, *downloads*, impressões e salvar os documentos que considerarem relevantes aos seus estudos em seus dispositivos eletrônicos e outras mídias de armazenamento e interativas, viabilizando acesso às pesquisas e seus resultados. Para os autores, é uma forma de tornar a sua pesquisa, métodos e resultados visíveis para seus pares, podendo ser avaliados e citados por outros pesquisadores da área, retroalimentando a produção de conhecimento (Bandeira, 2017). Ainda no **princípio 2**, qualificador “a”, Não há cobrança de valores e de nenhuma taxa para o autor tanto para a submissão de artigos quanto para a avaliação e publicação dos textos. E a revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar

gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Prosseguimos no **princípio 2**, qualificador "a", Matrizes é uma revista de Acesso Aberto. Todos os trabalhos estão licenciados pela *Creative Commons* 4.0 (CC). Toda comunidade científica e acadêmica tem acesso sem restrições aos conteúdos; os trabalhos podem ser baixados, impressos, lidos, citados, tendo em conta que não se cobra nenhum imposto nem taxas pelos encargos de submissão, revisão por pares, publicação e distribuição ou disponibilização na internet. Apesar de atender ao qualificador "a", a revista não dispõe de nenhuma política explícita sobre as práticas de Ciência Aberta – prática essa, que impulsionou e impulsiona, mudanças na forma de produção, organização e disseminação do conhecimento científico, em razão de seu uso se dar de forma colaborativa, sustentável, democrática, livre, transparente e ética (Maia; Chaves, 2024) –, em suas políticas e diretrizes, logo, não atende ao qualificador "b" (dispor de Política de Ciência Aberta).

No **princípio 3**, qualificador "c" (adotar o processo de avaliação por pares), retomamos a partir disso o conceito de revisão por pares, a qual entendemos como um dos princípios da comunicação científica, presente em todas as áreas do conhecimento, enquanto processo responsável pela validação do conhecimento produzido por instituições de pesquisa (Maia; Nunes; Farias, 2023), assim, pontuamos que a revista adota o sistema de avaliação cega (sem referência à autoria) e revisão por pares duplo-cega (ambas as identidades estão ocultas no processo) (Maia; Nunes; Farias, 2023); todos os trabalhos recebidos passam por uma análise prévia do Comitê Editorial, para avaliar a pertinência da submissão, quanto ao escopo e às normas da revista. Os trabalhos então aprovados são encaminhados, em sistema de avaliação cega (sem referência à autoria), para avaliação de pareceristas, membros do Conselho Científico ou pareceristas *ad hoc*. Ainda sobre o **princípio 3**, qualificador "c", a Matrizes adota para a análise e aprovação dos manuscritos submetidos o sistema de avaliação duplo-cega por pares (*double blind peer review*). Contudo, a revista não atende ao qualificador "a" (possuir políticas ou diretrizes para autorias e pessoas bibliotecárias contra uso de termos preconceituosos ou ofensivos), ao passo que não possui nenhuma política ou diretriz especificamente contra o uso de termos preconceituosos. Também não

cumpriu com o qualificador “b” (orientar os leitores e os incentivar a desenvolverem uma postura crítica quanto ao conteúdo lido na revista) ou o qualificador “d” (disponibilizar um manual de instrução ou tutorial em vídeo sobre submissão e uso do periódico), ao passo que não possui materiais ou tutoriais que incentivem os leitores da revista quanto à adoção de um posicionamento crítico sobre as produções científicas publicadas, e nem, a disponibilização de um manual ou sequência de vídeos de instrução quanto à submissão e uso do periódico, de modo geral.

Quanto ao **princípio 4** da Justiça Informacional, especificamente o qualificador “a” (possuir políticas voltadas para o reconhecimento e dissolução de práticas ou posicionamentos injustos, social e informacionalmente), a esse respeito reiteramos a importância do qualificador em questão, através das palavras de Lima e Moura (2023), as autoras colocam que a Ciência da Informação tem por desafio sócio-histórico enfrentar as assimetrias sociais expressas nos processos de produção do conhecimento, por vezes naturalizadas em seus dispositivos estruturantes. Por isso, necessária se faz a construção coletiva de reflexões e perspectivas mais comprometidas com a superação dos contornos históricos da dominação, observadas especialmente na desigualdade social presente na injustiça distributiva dos bens epistêmicos. Deste ponto de vista, a revista ainda não aborda políticas exclusivamente sobre o reconhecimento e a dissolução de práticas injustas, embora tenha disponível um código de boas práticas científicas. Adiante, o qualificador “b” (dispor de uma equipe editorial com equidade quantitativa entre os membros, visto o número de homens e mulheres), corrobora com a ideia de equidade de gênero presente na Justiça Social, em vista disso utilizamos a definição de Connell (2014), na qual a autora pondera que “Justiça” é, em primeira instância, uma reivindicação de reparação. Enquanto a Justiça Social é uma reivindicação de reparação da desigualdade, que acaba por trazer tanto vantagens quanto desvantagens enquanto características institucionalizadas da vida social e, neste caso, especificamos essa desigualdade para a perspectiva de gênero, na comparação entre membros do sexo feminino e do sexo masculino, dito isto, a revista dispõe de 64 membros, dentre efetivos e honorários, dos quais são 23 mulheres e 41 homens. Em vista disso, percebemos que o número de homens é

superior ao de mulheres, considerando que mais da metade são homens. Sendo cinco dos homens marcados como "*in memoriam*".

Ainda na análise do **princípio 4**, especificamente qualificador "c" (diversidade de instituições, e pesquisadores e pesquisadoras de diversos grupos étnico-raciais no comitê científico – avaliadores *ad hoc* –, a partir da análise da lista disponível no periódico), o corpo editorial da revista, segundo análise, resultou no quantitativo de dois homens lidos como negros, uma mulher não identificada étnico-racialmente e uma mulher lida como parda. O restante do grupo editorial foi lido como pessoas brancas.

Ainda na análise do **princípio 4**, entretanto no qualificador "d" (apresentar diversificado número de pesquisadores e pesquisadoras vinculadas a diferentes universidades, brasileiras e internacionais): Instituições as quais os membros são vinculados: *London School of Economics*, Inglaterra; *Pontificia Universidad Católica de Chile*, Chile; Pontificia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; Pontificia Universidade Católica-São Paulo, Brasil; *San Jose State University*, Estados Unidos; *Universidad Autónoma de Barcelona*, Espanha; *Universidad Autónoma Metropolitana de México*, México; *Universidad Jesuítas de Guadalajara* (Iteso), México; *Universidad de Guadalajara*, México; *Universidad de Lima*, Peru; *Universidad Javeriana de Bogotá*, Colômbia; Universidade Anhembi Morumbi, Brasil; Universidade Católica de Portugal, Portugal; Universidade de Brasília, Brasil; Universidade de Coimbra, Portugal; Universidade de São Paulo, Brasil; Universidade Federal da Bahia, Brasil; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil; Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil; Universidade Estadual de Campinas, Brasil; Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; Universidade Federal do Amazonas, Brasil; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; Universidade Federal Fluminense, Brasil; *Università degli Studi di Firenze*, Itália; *Università della Svizzera Italiana*, Itália; *Università di Roma – La Sapienza*, Itália; *Université Paris VIII*, França; *Université Stendhal*, França; *University of Cambridge*, Inglaterra; *University of Denmark*, Dinamarca; e *University of Southern California*, EUA. A revista demonstrou uma grande diversidade de instituições, nacionais e internacionais, às quais os

membros do corpo editorial da revista estão vinculados, principalmente como professores.

Nos aspectos tangentes ao **princípio 5**, a revista atende somente ao qualificador “a” (estimular a conduta ética das pessoas autoras, via Política), embora não possua nenhuma política a estimular explicitamente a conduta ética das pessoas autoras, mas transfere ao próprio autor o dever de zelar pelo respeito aos padrões éticos da pesquisa científica. Ainda sobre o qualificador “a”, a revista disponibiliza uma lista considerável de políticas e diretrizes, sendo elas: Políticas quanto ao uso de IA (Inteligência Artificial); Diretrizes para Autores; Política de ética e plágio; Política de arquivo; e Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP. A revista, por outro lado, não emprega políticas explícitas as quais incentivem os autores a serem transparentes em seus dados, processos e resultados de pesquisa, por sua vez, afetando o pilar de reprodutibilidade da Ciência Aberta, de modo a não atender ao qualificador “b” (empregar políticas de transparência da pesquisa, incentivando os autores a serem transparentes nos processos e resultados da produção científica. Exemplo: divulgação dos dados de pesquisa para reprodutibilidade). Finalmente, a revista exige que as autorias sejam pessoas doutoras ou doutorandas, afunilando a amostra de autores possibilitados de contribuir com a pesquisa, ao mesmo tempo exclui a publicação de pesquisas realizadas por pessoas sem os referidos graus acadêmicos para além da graduação. Quanto ao qualificador “c” (não impor obrigatoriedade de que um dos autores possua título de doutor, impedindo a participação de graduados e mestres), a revista não o atendeu, pois somente avalia para submissão trabalhos assinados por doutores, em autoria única ou em coautoria com doutorandos. Essa restrição não se aplica à submissão de resenhas, que podem ser assinadas por doutorandos. A titulação mínima para envio de originais é a de doutorando.

No tocante ao **princípio 6**, qualificador “a” (dispor de políticas para atender ao direito de acesso à informação de todos os cidadãos), a revista não explicita em seus regimentos nenhuma política que atenda, exclusivamente, ao direito à informação dos cidadãos, bem como não exibe política que possibilite a todas as pessoas atuarem como avaliadoras e autoras. Ademais, a revista adiciona como barreira, que a avaliação seja realizada por pessoas com titulação de doutor, obrigatoriamente, mas não por bacharéis e mestres, desta

forma, não cumpre também o qualificador "b" (possibilitar às pessoas participação como avaliadoras e autoras). Por outro lado, atende ao qualificador "c" (política de privacidade para autores, revisores e leitores, para que tenham seus dados seguros), de modo a preservar a privacidade e os dados dos autores, revisores e leitores vinculados à revista. No que tange ao qualificador "d" (confidencialidade da identidade dos revisores e editores da revisão por pares), a revista preserva o anonimato e a confidencialidade dos autores das submissões e de seus avaliadores, a fim de preservar a integridade do processo de avaliação, além de, adotar a prática de revisão por pares. Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros. Por conseguinte, atende ao qualificador "e" (ser transparente em seus processos científicos e editoriais, incluindo a revisão por pares, com justificativas nítidas para as decisões editoriais), visto que adota a revisão por pares.

A seguir, no **princípio 7**, qualificador "a", a revista utiliza o *Open Journal Systems* (OJS), um *software* livre e de código aberto, assim como dispõe de licença CC sem fins lucrativos – as licenças CC são uma ferramenta que flexibiliza o *copyright*, o que permite aos autores decidirem como compartilhar suas obras, e que também indicam aos usuários, mediante uns ícones fáceis de compreender, o que podem fazer ou não com essas obras. Dentro das licenças, existem diferentes graus de abertura, desde as mais abertas, que simplesmente requerem citar o autor, até as mais restritivas, que impedem usos comerciais e obras derivadas, a licença CC têm reconhecimento internacional, bem como, apresenta uma declaração de direito autoral, na qual consta se a revista é de Acesso Aberto. Dessa forma, afirma que toda a comunidade científica e acadêmica têm acesso sem restrições aos conteúdos, haja vista a permissividade dos artigos para serem baixados, impressos, lidos, citados, sem pagar (Muriel-Torrado; Pinto, 2018). Além disso, nenhum imposto ou taxas são cobradas pelos encargos de submissão, revisão por pares, publicação e distribuição ou disponibilização na internet (considerando aqui, apenas a comunidade acadêmica e não aqueles que se encontram à parte dessa realidade, contrariando o pilar da Ciência Cidadã e outros valores da Ciência Aberta). Sucessivamente, atende ao qualificador "b" (possuir licença CC sem

fins lucrativos), haja vista que as pessoas autoras mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho sendo, simultaneamente, publicado sob uma licença CC na modalidade atribuição, uso não comercial e compartilhamento pela mesma licença (CC BY-NC-SA 4.0). Entretanto, não atende ao qualificador "c" (dispor de política de dados de pesquisa abertos), pois essa política ainda não foi implementada nas práticas da revista.

Adiante, no **princípio 7**, qualificador "d" (atender aos pilares da Ciência Aberta: Acesso Aberto; dados abertos; pesquisa aberta reprodutível; avaliação aberta e responsável da ciência; política, declarações, diretrizes e orientações Ciência Aberta; educação aberta; inovação aberta; infraestruturas e ferramentas científicas abertas; Ciência Cidadã Aberta e participativa; diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento), esses pilares, também classificamo-nos como "ações que defendem a abertura da ciência, tanto dentro quanto fora da academia" (Ribeiro; Oliveira; Dias; Miranda; Dias; Miranda, 2022) isto posto, dentro da revista Matrizes, as pessoas autoras têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (exemplo: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

No próximo, qualificador "e" (cumprir com os valores da Ciência Aberta: i. qualidade e integridade; ii. benefício coletivo; iii. equidade e justiça; iv. Diversidade e inclusão; v. transparência; vi. igualdade de oportunidades; responsabilidade (dos autores e leitores); vii. Colaboração, participação e inclusão; viii. Flexibilidade e; ix. Sustentabilidade), identificamos que a revista está alinhada aos seguintes valores: transparência – envolve a reprodutibilidade e replicabilidade, que garantem a credibilidade da pesquisa, promovendo a transparência, a colaboração e a prevenção de má conduta científica (Marques; Sayão, 2025), responsabilidade (de autores) por meio das políticas e diretrizes para autores (para leitores a revista não possui nada específico) e qualidade e integridade (pois toda a publicação passa por avaliação rigorosa). Com isto, compreendemos que a revista não atende ao qualificador "e" em sua plenitude, pois apenas alguns dos valores da Ciência Aberta são contemplados.

Enfim, com relação ao **Princípio 8** (oito), a revista não atendeu ao qualificador "a" (sistema de busca e recuperação de uso intuitivo ou com instruções prévias, descritas em linguagem legível a todos os usuários, independentemente de nível de instrução), baseado num sistema de busca e recuperação (simples e avançado) que não é completamente intuitivo e nem legível a todos os usuários, principalmente aos cidadãos não-acadêmicos ou não-pesquisadores – essa participação corrobora diretamente com o pilar "Ciência Cidadã", o qual consiste no envolvimento do público em geral interessado no processo de pesquisa associado a especialistas ou instituições. Assim, cidadãos-cientistas fornecem suporte na coleta, análise ou descrição de dados da pesquisa científica, direcionando o estudo para solucionar problemas que atingem a comunidade (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2022). Por outro lado, atende ao qualificador "b", (oferecer oportunidade de comunicação e de feedback para as pessoas leitoras e autoras), considerando que a revista se mostra disposta a receber críticas e sugestões para o aperfeiçoamento de seus processos editoriais. Também dispõem de uma página de "contato", onde estão os contatos principais e de suporte técnico, e-mail e telefone. E, por fim, não atende ao qualificador "c" (aceitar sugestões de temas para publicações, visando atender às necessidades da comunidade), posto que este aspecto não é explicitado em nenhuma parte da revista, contudo, em "sobre a revista", um trecho do texto afirma, de maneira vaga, que a revista está aberta a sugestões editoriais, entretanto não dá abertura a outros tipos de sugestões.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a coleta de dados e posterior análise dos mesmos, que se deu no universo de pesquisa das revistas científicas brasileiras cadastradas no Miguilim, especificamente, pela aplicação dos critérios estabelecidos a partir dos oito princípios descritos por Silva, Garcez, Silva, Fevrier e Alves (2022) e aplicados na amostra da revista da área da Comunicação e Informação, a revista Matrizes.

Considerando a fundamentação teórica, constatamos a existência de uma lacuna na busca por interseccionar as práticas de Ciência Aberta com os princípios e dimensões da Justiça Informacional, principalmente com foco nas

revistas científicas brasileiras e suas práticas quanto ao cumprimento desses dois movimentos. Tais movimentos são voltados ao acesso equitativo e à distribuição justa de oportunidades e direitos para todos os cidadãos, considerando todos os detentores dos direitos para ascender à informação e acessar os meios para tal, não de forma igual, mas sim equitativa, considerando os contextos e experiências de cada comunidade e de cada indivíduo.

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a presença dos princípios da Justiça Informacional em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta da área da Comunicação e Informação, cadastradas no Diretório Miguilim, especificamente a revista Matrizes. Por isso nos baseamos no Miguilim para recuperar as revistas científicas que serviram de amostra para alcançar nosso objetivo principal, considerando suas políticas, características, práticas, publicações, diretrizes e seu corpo editorial. Sendo assim, descrevemos minuciosamente a análise e quais os campos e qualificadores foram empregados para atingir os eminentes resultados da pesquisa.

Este estudo teve por compromisso, o desenvolvimento de um conjunto de qualificadores, voltado à avaliação das práticas das revistas científicas brasileiras quanto ao atendimento, ou não atendimento, dos princípios da Justiça Informacional. Idealizamos que este conjunto de qualificadores que inspire boas práticas entre os editores, autores e leitores alcance o máximo de revistas científicas do território brasileiro possível, considerando seu Qualis e suas políticas, a fim de facilitar o processo de incorporação das diretrizes para as revistas.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Pablo Matias. **Movimento de acesso aberto no Brasil**: contribuição do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia a partir da implementação do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9702?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9702?locale=pt_BR). Acesso em: 01 abr. 2025.

BARROS, Maria Fernanda. Estudo de línguas indígenas ajuda a preservar a cultura dos povos originários. **Jornal da USP**, São Paulo, dez. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/estudo-de-linguas-indigenas-ajuda-a-preservar-a-cultura-dos-povos-originarios/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília (DF): Presidência da República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 25 set. 2026.

BRITZ, Johannes J. To know or not to know: A moral reflection on information poverty. **Journal of Information Science**, v. 30, n. 3, p. 192–204, 2004. DOI <https://doi.org/10.1177/0165551504044666>.

BUTCHER, Matthew P. At the foundations of information justice. **Ethics and Information Technology**, v. 11, n. 1, p. 57–69, 2009. DOI 10.1007/S10676-009-9181-2.

CAPURRO, Rafael. ¿Qué es una revista científica? **Informatio**: revista del Instituto de Información de la Facultad de Información y Comunicación, v. 20, n. 1, p. 3–24, 2015. Disponível em: <https://informatio.fic.edu.uy/index.php/informatio/article/view/165>. Acesso em: 9 jun. 2024.

COLQUITT, Jason A. On the dimensionality of organizational justice: A construct validation of a measure. **Journal of Applied Psychology**, v. 86, n. 3, p. 386–400, 2001. DOI <https://doi.org/10.1037/0021-9010.86.3.386>.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 11–34, 2014. DOI [10.5902/2236672517033](https://doi.org/10.5902/2236672517033).

CRUZ, Gabriela Garibaldi da. **Justiça Informacional como prática de Ciência Aberta**: uma análise das revistas científicas do diretório Miguilim. 2025. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.udesc.br/handle/UDESC/22724>. Acesso em: 07 set. 2026.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p. 7-20, out. 2002. Disponível em: <http://ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 01 out. 2026.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA [IBICT]. **Documento de apoio ao Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras (Miguilim)**. Brasília (DF): IBICT, 2023. Disponível em: <https://miguilim.ibict.br/static/pages/Documento-de-apoio.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA [IBICT]. **Miguilim**. Brasília (DF): IBICT, 2024. Disponível em: <https://miguilim.ibict.br/static/pages/perguntas-frequentes.jsp#PaMiguilim>. Acesso em: 17 jun. 2024.

LOR, Peter Johan; BRITZ, Johannes Jacobus. Is a knowledge society possible without freedom of access to information? **Journal of Information Science**, v. 33, n. 4, p. 387–397, ago. 2007. DOI <https://doi.org/10.1177/0165551506075327>.

MAIA, Francisca Clotilde de Andrade; CHAVES, Italo Teixeira. Práticas da Ciência Aberta em periódicos da Ciência da Informação no Brasil. **Biblios Journal Of Librarianship And Information Science**, n. 87, p. 1-17, 27 nov. 2024. University Library System, University of Pittsburgh. DOI <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2024.1193>.

MAIA, Francisca Clotilde de Andrade; NUNES, Jefferson Veras; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Panorama das pesquisas brasileiras da área de Ciência da Informação sobre revisão por pares aberta. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 12, p. 1-13, fev. 2023. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v12i0.86303>.

MARICATO, João de Melo; FERNANDES, Daiane de Brito. Monitoramento de revistas científicas na web com a ferramenta Google Analytics: reflexões a partir da Revista Comunicação & Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 63–78, abr. 2015. DOI 10.5007/1518-2924.2015V20N42P63.

MARQUES, Luana Farias Sales; SAYÃO, Luís Fernando. Ampliando a transparência e a colaboração na pesquisa científica: proposta de modelo matricial para apoio à formulação de programas de ação para a Ciência Aberta. **RDBCI – Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 23, p.1-19, 2025. DOI 10.20396/rdbci.v23i00.8677705.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Social Justice in Library and Information Science and Services**, v. 64, n. 2, p. 198–225, 2015. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2937417](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2937417). Acesso em: 20 jun. 2024.

MEHRA, Bharat; BLACK, Kimberly; SINGH, Vandana; NOLT, Jenna; WILLIAMS, K. C; SIMMONS, Susan; RENFRO, Nancy. The Social Justice Framework in the Information Technology Rural Librarian Master's Scholarship Program: Bridging the Rural Digital Divides. **Qualitative and Quantitative Methods in Libraries**, n. [esp.], p. 5–11, 2014. Disponível em: <https://qqml-journal.net/index.php/qqml/article/view/206/205>. Acesso em: 2 maio 2024.

MENEZES, Vinícios Souza de. **Rasum tabulae**: um limiar metafórico-escritural dos estudos da informação, ou, Le Livre. 2017. 300 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/944>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MIGUILIM; INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Miguilim**: início. Brasília, DF: IBICT, 2024. Disponível em: <https://miguilim.ibict.br/static/pages/perguntas-frequentes.jsp#ComoCriarLogin>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MURIEL-TORRADO, Enrique; PINTO, Adilson Luiz. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis? **Biblios Journal of Librarianship and Information Science**, n. 71, p. 1-16, jul. 2018. University Library System, University of Pittsburgh. DOI <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2018.424>.

NAGENBORG, Michael. Designing spheres of informational justice. **Ethics Inf Technol**, v. 11, p. 175-179, 14 jul. 2009. DOI <https://doi.org/10.1007/s10676-009-9200-3>.

OLIPHANT, Tami. Social Justice Research in Library and Information Sciences: A Case for Discourse Analysis. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 226-245, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/158312902.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO [UNESCO]. **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufms.br/files/2024/02/Recomendacao-da-UNESCO-sobre-Ciencia-Aberta.pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho. **Os sentidos da participação política de pessoas com deficiência**: uma análise a partir das narrativas de ativistas defixas. 2023. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/257147/PPSI1049-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 mar. 2025.

PEREIRA, Ana Paula; ALCARÁ, Adriana Rosecler. As necessidades informacionais e a competência em informação dos pais de surdos. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 26, p. 01-24, 2021. DOI [10.5007/1518-2924.2021.e79382](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79382).

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PISOSCHI, Aurelia Magdalena; PISOSCHI, Claudia Gabriela. Is open access the solution to increase the impact of scientific journals? **Scientometrics**, v. 109, n. 2, p. 1075-1095, 29 nov. 2016. DOI [10.1007/s11192-016-2088-x](https://doi.org/10.1007/s11192-016-2088-x).

RAWLS, John. Preface. **Theory of Justice**: revised edition. 2 ed. Cambridge: Belknap Press, 1999. p. 11-22.

REISCH, Michael. Defining social justice in a socially unjust world. **Families in Society**, v. 83, n. 4, p. 343–354, 2002. DOI 10.1606/1044-3894.17.

RIBEIRO, Nivaldo Calixto; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; DIAS, Célia da Consolação; MIRANDA, Angélica Conceição Dias. Importância das práticas de Ciência Aberta e de comunicação científica na perspectiva de atores envolvidos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 20, 2022. DOI [10.20396/rdbci.v20i00.8670366](https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8670366).

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009. p. 9-20. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2025.

SENA, Priscila Machado Borges. Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 19–1, 19 abril. 2023. DOI <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.E93046>.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: IBICT, 2022. p. 1-12. Disponível em: [https://enancib.ancib.org/enancib/pt\\_BR/article/view/666](https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/666). Acesso em: 01 out. 2026.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Princípios da Justiça informacional. In: LIMA, Izabel França de; MOURA, Maria Aparecida (org.). Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2023. (Selo Nyota). Disponível em: [https://www.nyota.com.br/\\_files/ugd/c3c80a\\_adcc1855737d4bd883c0fb3010dd385.pdf](https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_adcc1855737d4bd883c0fb3010dd385.pdf). Acesso em: 29 set. 2026.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça Para Quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANCIB : IBICT, 2021. p. 1–16. Disponível em: [https://enancib.ancib.org/enancib/pt\\_BR/article/view/80](https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/80). Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVEIRA, Lúcia da; RIBEIRO, Nivaldo Calixto; MELERO, Remédios; MORA-CAMPOS, Andrea; PIRAQUIVE-PIRAQUIVE, Daniel Fernando; URIBE-TIRADO, Alejandro; SENA, Priscila Machado Borges; POLANCO CORTÉS, Jorge; FACHIN, Juliana; SANTILLÁN-ALDANA, Julio; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da Silva; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ENCISO-BETANCOURT, Andrés Mauricio. Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 28, p. 1-22, 30 jun. 2023. DOI <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91712>.

SMITH, Martha. Information ethics. **Advances in Librarianship**, v. 25, p. 29-66, 2001. DOI [10.1016/S0065-2830\(01\)80019-2](https://doi.org/10.1016/S0065-2830(01)80019-2).

VECHIATO, Fernando Luiz. **Repositório digital como ambiente de inclusão digital e social para usuários idosos**. 2010. 183 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/vechiato\\_fl\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/vechiato_fl_me_mar.pdf). Acesso em: 31 mar. 2025.

WILLOUGHBY, Westel Woodbury. **Social Justice**: a critical essay. [S. l.]: Kessinger, 1990.

### CONFLITOS DE INTERESSE

As autoras declaram não possuir conflitos de interesse de natureza pessoal, financeira, intelectual, profissional, política ou religiosa que possam ter influenciado a realização da pesquisa ou a elaboração deste artigo.

## CONTRIBUIÇÕES DAS AUTORIAS

Informa-se nesta seção as funções de cada autoria, de acordo com a [taxonomia CRediT](#), conforme orientado na página da revista PCI:

| Função                                                             | Definição                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conceituação                                                       | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Curadoria de dados                                                 | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Análise Formal                                                     | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Obtenção de financiamento                                          | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Investigação                                                       | Gabriela Garibaldi da Cruz.                                                                  |
| Metodologia                                                        | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Administração do projeto                                           | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Recursos                                                           | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Software                                                           | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Supervisão                                                         | Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena                             |
| Validação                                                          | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)] | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Escrita – primeira redação                                         | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |
| Escrita – revisão e edição                                         | Gabriela Garibaldi da Cruz; Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva; Priscila Machado Borges Sena |